



Comissão aprova 8 mil novos cargos no governo federal

Saúde, educação e segurança vão receber novos servidores por concurso, de acordo com a disponibilidade orçamentária, segundo projeto que segue para votação em Plenário

Governo estima em R\$ 958 milhões por ano o impacto da criação de cargos previstos em projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. A proposta foi enviada ao Congresso pelo Poder Executivo em agosto, um mês antes da suspensão dos

concursos públicos previstos para este ano, devido ao ajuste fiscal.

A relatora da proposta, senadora Vanessa Grazziotin, afirma que a abertura das vagas no serviço público federal é necessária para facilitar o bom funcionamento da máquina administrativa. **7**

Reginaldo Reis/Tyba



Estrutura federal de saúde pode ser beneficiada com novos servidores em órgãos como Fiocruz, Anvisa e agência reguladora

PEC dá a estado e município mais poder para legislar

O relator, Antonio Anastasia, apresentou ontem um substitutivo à proposta de emenda à Constituição que tira da União a exclusividade na elaboração de leis referentes ao direito processual, aos transportes, às diretrizes educacionais e às normas de licitações, entre outros temas, que passariam a ser competência também dos estados e dos municípios. **6**

Novo site ajuda a localizar crianças desaparecidas

O Conselho Federal de Medicina lançou ontem na Comissão de Direitos Humanos a página www.criancasdesaparecidas.org. O site permite que o internauta faça denúncia ao Ministério da Justiça, ajuda na mobilização de voluntários que desejam ajudar na localização de crianças desaparecidas e apresenta todas as leis relacionadas ao problema. **8**

Gerardo Menezes/Agência Senado



Lobão e Elmano durante reunião na CAS, que privilegiou emendas à saúde



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Do encontro organizado por senadoras e deputadas saiu a Carta de Brasília

Parlamentares buscam pacto federativo por direitos da mulher

Senadoras e deputadas federais receberam ontem no Congresso estaduais e vereadoras de todo o país para discutir uma maior participação feminina nas decisões nacionais.

Do encontro, batizado como Pacto Federativo pelos Direitos das Mulheres, saiu a *Carta de Brasília*. O documento destaca a necessidade de assegurar maior

presença feminina nas Casas legislativas.

As parlamentares defenderam a PEC 98/2015, que estabelece reserva de vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, assembleias legislativas estaduais, Câmara Legislativa do Distrito Federal e câmaras de vereadores. A proposta já foi aprovada no Senado, mas ainda será analisada na Câmara. **2**

Contas de Dilma referentes a 2011 são acatadas

Criados colegiados para votar MPs do ajuste fiscal



Waldemir Burreto/Agência Senado

O presidente do Corinthians, Roberto de Andrade, o senador Romário e o presidente do Vasco, Eurico Miranda, na CPI

Vasco e Corinthians querem que Lei Pelé seja revisada

Em audiência na CPI do Futebol, os presidentes do Vasco da Gama, Eurico Miranda, e do Corinthians, Roberto de Andrade, disseram que a Lei Pelé precisa ser modificada. Segundo Eurico, a lei desestimula os

times a investir nas categorias de base, pois os jogadores mais jovens não têm vínculo empregatício e, uma vez formados e prontos para atuarem profissionalmente, são atraídos por clubes que pagam mais. **5**

Definidas emendas de nove comissões ao projeto de Orçamento de 2016

Educação, saúde, segurança, infraestrutura, ações afirmativas, ciência e tecnologia são alguns dos setores contemplados por nove comissões permanentes do Senado que ontem aprovaram emendas ao

projeto de lei orçamentária para o próximo ano. Cada comissão pode apresentar até oito emendas. As propostas serão analisadas pela Comissão Mista de Orçamento, formada por senadores e deputados. **3**

Plenário votará proposta sobre berçário na prisão

Vai para a Câmara texto que incentiva mamografias

Carta de Brasília pede mais mulheres na política

Documento foi elaborado por parlamentares vindas de todo o país, que se reuniram no Congresso para fortalecer a luta feminina por mais espaço nas decisões nacionais

SENADORAS, DEPUTADAS FEDERAIS, deputadas estaduais e vereadoras de todo o Brasil participaram ontem no Congresso do Pacto Federativo pelos Direitos das Mulheres. Do encontro saiu a *Carta de Brasília*, documento que, entre outros pontos, destaca a necessidade de uma maior presença feminina nas Casas legislativas do país.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher no Senado, é preciso que o evento seja repetido a cada ano, não só com o objetivo de chamar a atenção da sociedade sobre a luta das mulheres, mas também para unificar a causa, a partir do que as parlamentares dos estados e municípios consideram prioridade.

— A gente percebeu que a nossa luta é muito semelhante em todas as Casas legislativas. O que a gente entende como a principalidade da luta é mais espaço de poder para as mulheres — afirmou.

As parlamentares defendem a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 98/2015, que estabelece reserva mínima de vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, assembleias legislativas estaduais, Câmara Legislativa do Distrito Federal e câmaras de vereadores dos municípios.

Na primeira eleição após

aprovação da PEC, a regra começaria a valer com 10% das cadeiras em disputa. O total seria ampliado para 12% na segunda eleição e 16% a partir da terceira. A proposta já foi aprovada no Senado e ainda precisa passar na Câmara.

A titular da Secretaria das Mulheres da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), Celise Laviola, deputada estadual em Minas Gerais pelo PMDB, afirmou que cotas para as mulheres não significam discriminação, já que elas não têm os mesmos recursos que os homens nas campanhas.

— Essa mudança é o início, porque daqui a alguns dias quem vai precisar de cotas são os homens. Essa é nossa expectativa e esse é o nosso trabalho: mais mulheres na política — disse.

Para a senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), o problema não é só relativo às cotas. Além de garantir a reserva às mulheres, ela julga necessário garantir tempo de TV e maior acesso aos recursos do Fundo Partidário.

De acordo com a *Carta de Brasília*, que foi lida pela deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ), o Brasil apresenta um dos menores índices de presença feminina nos parlamentos, ocupando o 158º lugar entre 190 países. Quinze dos 27 estados brasileiros ainda não têm representação feminina



Procuradora da Mulher no Senado, Vanessa defende que encontro seja anual para unificar prioridades das parlamentares

no Senado, e 12 dos 28 partidos atuantes na Câmara dos Deputados não têm mulheres nas bancadas.

Sergundo o documento, foram esgotadas as alternativas para incentivar os partidos a tomar providências que garantam a presença feminina no Legislativo, por isso é preciso aprovar as cotas. O texto também defende a criação de órgãos que representem o interesse das mulheres nas Casas legislativas e o acompanhamento de propostas relevantes para os direitos delas.

O outro ponto citado é a garantia da aplicação das medidas previstas no Pacto pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. A iniciativa foi elogiada pela secretária de Políticas para Mulheres do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Eleonora Menicucci.

Legislativos devem atuar na luta pela igualdade, diz Vanessa

Depois do evento, em discurso no Plenário, Vanessa Grazziotin registrou a realização do debate Pacto Federativo pelos Direitos das Mulheres.

Ela destacou a necessidade de todas as Casas legislativas terem um órgão que aglutine as mulheres, consolidando a luta por mais brasileiras na política, direitos iguais na educação, atendimento integral à saúde e combate à violência de gênero:

— Temos uma legislação positiva, que assegura o direito de todos os cidadãos e das mulheres. No entanto, convivemos há muitos séculos com uma cultura que entende que o exercício do poder cabe ao homem. Por isso, a nossa dificuldade de estarmos presentes no Parlamento.

Fátima defende maior participação feminina nos espaços de poder

Fátima Bezerra (PT-RN) também destacou em discurso o Pacto Federativo pelos Direitos das Mulheres, lançado ontem. A senadora defendeu maior participação feminina na política:

— Há um descompasso muito grande entre a presença das mulheres na sociedade e a presença das mulheres nos espaços de decisão política importantes, como, por exemplo, o espaço do Parlamento.

Fátima também informou que a cidade de Natal sediará, de 19 a 21 de outubro, a sétima edição do Congresso Nacional dos Trabalhadores Artesãos do Brasil.

Projeto prevê mamografia quando houver alto risco

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou duas propostas em turno suplementar ontem: a que garante exames mamográficos a mulheres com alto risco de desenvolver câncer de mama, em qualquer idade, e a que facilita aos familiares que trabalham na mesma empresa tirar férias concomitantes. Aprovados em decisão final, os textos vão à Câmara caso não haja recurso para exame em Plenário.

O substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 374/2014 visa ao diagnóstico rápido do câncer de mama nas mulheres, independentemente da faixa etária. Garante a realização de exames mamográficos a mulheres com elevado risco de desenvolvimento da doença ou para pacientes que precisem do exame para elucidação diagnóstica. O exame poderá ser feito pelo SUS, a pedido médico, ainda que elas não tenham 40 anos, a idade mínima prevista em lei hoje.

O texto original, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), eliminava da Lei 11.664/2008, sobre ações de saúde contra

o câncer de mama e de útero, a idade mínima para fazer mamografia pelo SUS. Hoje, mesmo assegurado o direito à mamografia às mulheres acima de 40 anos, o Ministério da Saúde só faz o exame rotineiramente para as com mais de 50 anos. No substitutivo, Dário Berger (PMDB-SC) garantiu a ampliação da mamografia às mulheres que têm mais risco de desenvolver a doença, independentemente da idade, e manteve como norma geral a idade já determinada em lei.

Férias

Outro texto confirmado foi o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 552/2011, que facilita a unificação das férias dos membros de uma mesma família empregados no mesmo local.

Segundo o autor, Marcelo Crivella (PRB-RJ), apesar de a fixação do período férias ser prerrogativa do empregador, ele não pode ignorar as possibilidades de repouso e lazer ao alcance do trabalhador e, no caso em questão, de membros de uma mesma

família. O relator, Edison Lobão (PMDB-MA), lembra que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já prevê as férias conjuntas, mas o empregador pode negá-las. Esse ato deve buscar atender, sempre que possível, as necessidades do trabalhador.

Por isso, em caso de negativa, o projeto obriga o empregador a fundamentar a decisão e dar ciência por escrito aos interessados, como se exige na CLT para a comunicação de férias ao empregado.

A proposta também prevê a garantia, aos empregados de empresas distintas, o mesmo direito a férias concomitantes, se não houver prejuízo para as respectivas empresas.

Os parlamentares aprovaram requerimentos para a realização de audiências públicas, como a proposta por Marta Suplicy (PMDB-SP) sobre regulamentação das atividades de cabeleireiros e esteticistas e a solicitada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para debater as políticas públicas para o cuidado com os bebês prematuros do Brasil.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 17h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CRA/CMA Cadastro ambiental**
8h Audiência pública conjunta para discutir o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Após, reunião deliberativa.
- CPI DO CARE Acreação**
9h A CPI do Carf faz acreação entre Hugo Rodrigues Borges, funcionário do escritório J.R. Silva Advogados, e a contadora Geglaine Maria Bessa Pinto.
- CRE Embaixadores**
9h30 Após avaliar emendas ao Orçamento de 2016, a comissão faz sabatina de indicados para embaixadores do Brasil na Indonésia, Bulgária e Tunísia.
- PROCURADORIA DA MULHER Câncer**
10h Palestra "Acolhimento familiar da mulher com câncer de mama".

- CE Educação a distância**
10h Audiência sobre o marco regulatório da educação a distância, com representantes de instituições e estudantes.
- CMMC São Francisco**
10h Audiência debate crise hídrica na região do São Francisco. Após, análise de emendas ao Orçamento de 2016.
- PLENÁRIO Sessão extraordinária**
11h30 Sessão deliberativa extraordinária. Às 14h, sessão ordinária.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
11:30 Renan Calheiros preside a sessão deliberativa extraordinária.
- INTELIGÊNCIA Orçamento 2016**
14h30 A comissão analisa emendas ao Orçamento de 2016.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h30, reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Educação, saúde, segurança, infraestrutura, ações afirmativas, ciência e tecnologia são alguns setores que podem receber recursos de acordo com as emendas apresentadas

Comissões aprovam emendas ao Orçamento

Nove comissões permanentes escolheram ontem as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária 2016 (PLN 7/2015). As emendas agora vão para a Comissão Mista de Orçamento (CMO). Cada comissão tem direito de apresentar até oito emendas, sendo quatro de apropriação (acréscimo ou

inclusão de dotações, cobertas com anulação de dotações equivalentes da reserva de recursos ou previstas no parecer preliminar) e quatro de remanejamento (acréscimo ou inclusão de dotações, cobertas com anulação de dotações equivalentes do projeto, com exceção das vinculadas à reserva de contingência).

CAS — A Comissão de Assuntos Sociais destinou a maioria de suas emendas para a área da saúde. Um dos beneficiados é o Fundo Nacional de Saúde, com emendas para ações de assistência médica gratuita e estruturação de unidades de atenção básica especializada. A Fundação Nacional de Saúde foi atendida com emenda para implantação, ampliação e melhoria de serviços de saneamento básico em comunidades tradicionais. O Fundo Nacional de Assistência Social foi beneficiado para realizar melhorias do serviço de atenção básica na área social. Também foram contempladas ações para o desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde, do serviço social e da Rede Sarah. O relator das emendas na comissão é Elmano Ferrer (PTB-PI).

CDR — A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo priorizou a infraestrutura de turismo, o desenvolvimento urbano, a reabilitação de barragens e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Turismo e desenvolvimento urbano foram contemplados, cada um, com emenda de R\$ 500 milhões. Projetos de recuperação de infraestrutura hídrica e atividades produtivas fomentadas pela Sudam obtiveram R\$ 100 milhões por área. O relator, Davi Alcolumbre (DEM-AP), explicou que as 4 áreas escolhidas eram maioria entre as 107 emendas apresentadas.

CE — Na Comissão de Educação, o relator, Douglas Cintra (PTB-PE), recebeu 115 emendas e deu prioridade às sugestões que concentraram maior número de apoio dos senadores.

Para a educação básica, foram destinados R\$ 800 milhões a serem aplicados principalmente na ampliação das instalações das escolas e na formação e capacitação dos professores. Na educação profissionalizante, foram aprovados R\$ 450 milhões para modernização de laboratórios e concessão de bolsas de trabalho a monitores, entre outras finalidades.

Espaços culturais, bibliotecas públicas e feiras de livros foram contemplados com R\$ 480 milhões. A reforma de quadras poliesportivas em municípios de até 50 mil habitantes e a construção de 178 vilas de esporte, com campo de futebol society, academia e pista de 500 metros, são algumas das atividades na área de esportes beneficiadas com dotações de R\$ 650 milhões.

CI — Na Comissão de Infraestrutura, o relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), disse que teve fazer escolhas nas emendas de apropriação, adotando como critério as propostas com maior número de apoio parlamentar e com grande potencial de desenvolvimento econômico e social.

Foram acatadas emendas para as ações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit — R\$ 300 milhões); para o Fundo Nacional de Aviação Civil, com foco na construção de aeroportos regionais (R\$ 200 milhões); para o Programa de Integração do Rio São Francisco, do Ministério da Integração Nacional (R\$ 600 milhões), e para construção de anel rodoviário na região metropolitana de Vitória (R\$ 309 milhões).

Todas as emendas de remanejamento de recursos foram acatadas pelo relator. De iniciativa de Waldemir Moka (PMDB-MS), tratam da infraestrutura de transporte no estado do Mato Grosso do Sul: a construção da ferrovia do Pantanal, a construção de ponte na região de Três Lagoas e a construção de ferrovia entre Cascavel (PR) a Maracaju.

CDH — A Comissão de Direitos Humanos aprovou quatro emendas: promoção de políticas de igualdade (R\$ 500 milhões) pela Secretaria de Políticas para as Mulheres; ações afirmativas e de combate ao racismo (R\$ 400 milhões); construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento especializado em crianças e adolescentes (R\$ 400 milhões); e defesa do interesse público no processo judiciário pelo Ministério Público do Trabalho (R\$ 400 milhões).

O relator, Paulo Paim (PT-RS), conseguiu apoio para emenda de texto que busca assegurar ganho real aos aposentados do regime geral que recebem acima do valor do salário mínimo.

Violência contra a Mulher — Apresentando emendas ao Orçamento pela primeira vez, a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher aprovou quatro emendas para a Secretaria de Política para Mulheres. A relatora foi a senadora Lúcia Vânia (PSB-GO). Foram contemplados o atendimento às mulheres vítimas de violência (R\$ 180 milhões); a promoção de políticas de igualdade e de direitos das mulheres (R\$ 60 milhões); a implantação de políticas de atenção integral à saúde da mulher (R\$ 100 milhões) e a construção da Casa da Mulher Brasileira (R\$ 110 milhões).

CCT — Lasier Martins (PDT-RS) recebeu, como relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, 48 emendas ao Orçamento e adotou como critérios de escolha o caráter institucional e de interesse nacional. As escolhidas foram a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz, com repasse de R\$ 160 milhões para a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; a implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional — R\$ 70 milhões para o Comando do Exército —; e duas emendas de apoio a projetos de inclusão do Ministério de Ciência e Tecnologia (R\$ 200 milhões para inclusão digital e R\$ 150 milhões para extensão tecnológica para inclusão social e desenvolvimento sustentável).

CCJ — A Comissão de Constituição e Justiça também aprovou relatório de José Pimentel (PT-CE) com cinco emendas à proposta orçamentária de 2016. Quatro das emendas foram de apropriação, sendo duas no âmbito do Ministério da Justiça, uma no Ministério Público da União e uma na Justiça Federal. Foram destinados R\$ 80 milhões à prevenção à violência e à criminalidade; R\$ 50 milhões para demarcação e fiscalização de terras indígenas e proteção dos povos indígenas isolados; R\$ 100 milhões para modernização das instalações do Ministério Público Federal e, por fim, R\$ 100 milhões para implantação de varas federais. De acordo com Pimentel, esse esforço contemplou 17 emendas diretamente e, indiretamente, 65 das 78 emendas de apropriação sugeridas no âmbito da CCJ. A última emenda acolhida pelo relator foi de remanejamento, destinando R\$ 20 milhões para indenização aos atuais possuidores de títulos das áreas sob demarcação indígena.

CRA — Na Comissão de Agricultura foram apresentadas 55 emendas (53 de apropriação e 2 de remanejamento). Segundo o relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), todas as emendas apresentavam interesse nacional e eram pertinentes à comissão. Foram acatadas duas emendas de apropriação, totalizando R\$ 200 milhões, para o Ministério da Agricultura, com foco no desenvolvimento da agricultura e da aquicultura. Também foi acatada emenda para a Embrapa, de R\$ 100 milhões, com ênfase na pesquisa; e outra, de R\$ 300 milhões, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com foco no desenvolvimento sustentável de territórios rurais.

Waldemir Moka/Agência Senado



Para o senador, as dificuldades começaram com o processo do mensalão

Tasso Jereissati diz que o Brasil vive a maior crise moral da história

O Brasil vive a maior crise moral da história. A análise foi feita por Tasso Jereissati (PSDB-CE), para quem as dificuldades tiveram início com o processo do mensalão, quando grandes nomes do PT foram condenados e presos.

Na avaliação do senador, em discurso na terça-feira, os sucessivos escândalos alimentam a crise. Lembrou da Petrobras, que deixou de ser uma das empresas mais fortes do mundo para se tornar uma companhia desmoralizada e quebrada, segundo afirmou. O mesmo aconteceu e acontece na Nuclebrás e nos Correios.

— Foram presos. Foram julgados. José Dirceu, primeiro-ministro do governo Lula, o

homem mais forte e a alma do PT está preso e foi julgado já várias vezes por crimes recorrentes — disse o senador.

Tasso afirmou que o PT repete uma prática ruim ao tentar desmoralizar o Tribunal de Contas da União (TCU) por ter recomendado a rejeição das contas da presidente Dilma Rousseff. Ele lembrou que o mesmo aconteceu quando do julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal.

Além disso, explicou que a mais grave acusação do TCU contra a presidente Dilma Rousseff não foram as chamadas pedaladas fiscais; para ele, o pior são as suplementações orçamentárias sem autorização do Congresso Nacional.

CMO aprova contas do governo Dilma de 2011

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem as contas da presidente da República, Dilma Rousseff, para o exercício de 2011.

O Tribunal de Contas da União (TCU) considerou as contas em ordem, com 25 ressalvas. O relator, deputado Hugo Leal (Pros-RJ), explicou que, apenas quando se verifica omissão ou culpa do presidente, existe causa para rejeitar as contas.

O deputado Izalci (PSDB-DF) salientou que essas ressalvas vêm sendo feitas pelo

TCU desde 2006, e a oposição aceitou aprovar as contas dessa forma, deixando claro que há problemas a corrigir.

Na semana passada, as contas do presidente Lula de 2009 e 2010 foram aprovadas da mesma forma, assim como as contas de Dilma de 2012.

A oposição não aceitou votar as contas de 2013, que também estão em aberto, e aguarda a chegada das contas de 2014, que recentemente foram rejeitadas pelo TCU.

Também foram aprovados relatórios de gestão fiscal,

que fazem um espelho quadrimestral dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, de avaliação de receitas e de cumprimento do superávit.

A CMO decidiu ainda pedir mais informações sobre os valores da renúncia fiscal definida para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Segundo o relator, deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), o governo não enviou essas informações junto com outros dados sobre os jogos e, por isso, não seria possível concluir o relatório.

Para Lasier Martins, Congresso tem que tomar providências

Lasier Martins (PDT-RS) reclamou que o Brasil continua paralisado. Ele disse que enquanto a presidente Dilma luta para manter-se no poder, brigando com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, a situação do país piora. O Congresso deve mudar isso, tomando providências concretas e dentro da lei, afirmou:

— Se já há elementos para discutir o impeachment, vamos discutir. Se a presidente tem consciência do que está ocorrendo, que renuncie. E que o Conselho de Ética acelere o processo com relação ao presidente da Câmara, porque não dá para continuar essa indefinição.



Geroldo Mugele/Agência Senado

Donizeti Nogueira desfaz "mitos" sobre os governos do PT

Donizeti Nogueira (PT-TO) reclamou ontem que os governos do PT são vítimas de mitos construídos e difundidos há vários anos pela mídia conservadora e pela oposição.

— Dizer que o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo é um desses mitos. Nossa carga bruta equivale a 35% do PIB, inferior à de outros países, como os nórdicos, onde os impostos chegam a 50% do PIB. E o aumento significativo da carga tributária brasileira ocorreu em governos anteriores aos do Partido dos Trabalhadores — afirmou o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissões analisam MPs de pacote fiscal do governo

Três das cinco medidas provisórias que serão examinadas pelos colegiados instalados ontem fazem parte das ações do Executivo destinadas a reverter o déficit orçamentário de R\$ 30,5 bilhões estimado para 2016

O CONGRESSO INSTALOU ontem cinco comissões mistas para analisar medidas provisórias (MPs). Três tratam diretamente do novo pacote fiscal do governo. Entre elas, a MP 696/2015, que estabelece a reforma administrativa com a redução dos ministérios.

A medida determinou a fusão de dois ministérios (Trabalho e Previdência Social) e a extinção de um terceiro (Pesca e Aquicultura), cujas funções foram transferidas ao Ministério da Agricultura.

Três secretarias ligadas à Presidência da República foram reunidas em um só ministério: Políticas para as Mulheres, Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos formarão o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Outras duas secretarias (Relações Institucionais e Micro e Pequena Empresa) desapareceram, tendo as funções absorvidas pela Secretaria de Governo da Presidência da República, novo nome da Secretaria-Geral da Presidência.

A MP extinguiu a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, transferindo as funções ao Ministério do Planejamento. Foi criada, ainda, a Casa Militar da Presidência da República, que substitui o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A área de inteligência, incluindo a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), antes ligada ao Gabinete de Segurança Institucional, seguiu para a Secretaria de Governo.

O deputado José Priante (PMDB-PA) e o senador José Pimentel (PT-CE) foram eleitos presidente e vice da comissão. O relator será o senador Donizeti Nogueira (PT-TO).

Já a MP 694/2015 aumenta de 15% para 18% a alíquota

do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) aplicado aos juros sobre o capital próprio (JSCP) pagos aos sócios ou acionistas de empresa.

A mesma medida reduz os incentivos fiscais da Lei do Bem (Lei 11.196/2005). Em 2016, o governo quer suspender o incentivo fiscal que permite às empresas de inovação tecnológica excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o valor correspondente a até 60% do gasto com pesquisa e desenvolvimento de inovação.

Também houve aumento das tarifas dos impostos de PIS e Cofins para importação de produtos químicos relativos à indústria do petróleo. O deputado Eduardo Cury (PSDB-SP) será o presidente e o senador Benedito de Lira (PP-AL), o vice. A relatoria caberá ao senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Imóveis

A MP 692/2015 aumenta o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) sobre ganhos de capital na venda de imóveis. Atualmente, o IRPF para esses casos tem alíquota única de 15%.

A medida deve atingir, sobretudo, os imóveis. Para quem

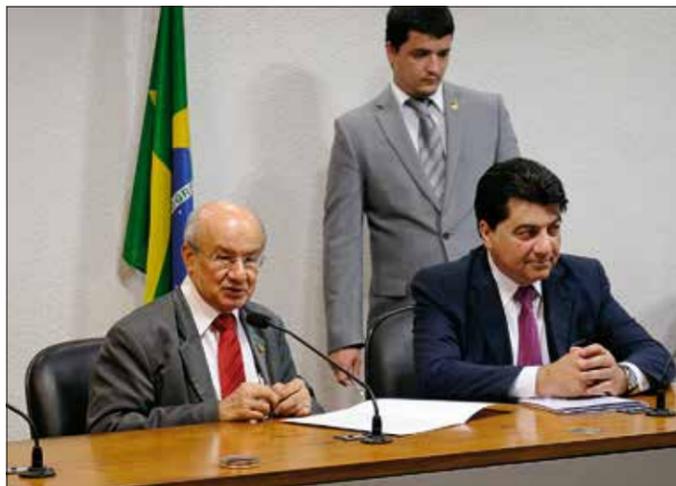
lucrar até R\$ 1 milhão na venda, a alíquota continuará de 15%. Na faixa até R\$ 5 milhões, o imposto será de 20%; até R\$ 20 milhões, 25%; e acima de R\$ 20 milhões, 30%.

O texto também prorroga de 30 de setembro para 30 de outubro o prazo de adesão de empresas que contestam dívidas com a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ao Programa de Redução de Litígio (Prorelit).

A comissão será presidida pelo deputado Gabriel Guimarães (PT-MG). Terá como vice o senador José Pimentel (PT-CE) e como relator, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

As outras duas comissões mistas instaladas ontem farão a análise prévia das MPs 695/2015 e 693/2015. A 695 amplia a exploração comercial da raspadinha Lotex, a nova loteria instantânea até então restrita ao futebol. A MP permite ainda que Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal adquiram participação em instituições financeiras, inclusive do ramo previdenciário.

Por fim, a 693/2015 permite a auditores e analistas portar arma própria ou da Receita Federal, mesmo fora de serviço, quando houver possibilidade de ameaça a sua integridade física ou de sua família em decorrência do trabalho.



Pimentel (E) será vice-presidente das comissões mistas das MPs 696 e 692

Relator quer unir demandas em Marco Legal do Terceiro Setor

O deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) informou que apresentará na próxima semana o relatório sobre a Medida Provisória 684/2015. A comunicação foi feita ontem em audiência pública da comissão mista que analisa a MP. O texto estabelece para janeiro de 2016 a entrada em vigor da Lei 13.019/2014, conhecida como o Marco Regulatório do Terceiro Setor.

Foram apresentadas 152 emendas à MP. Na análise das sugestões, o relator disse que buscará harmonizar as exigências do governo com as demandas sociais.

Diversos representantes de organizações da sociedade civil apresentaram a opinião sobre o marco legal durante a audiência pública.

A representante da Rede Brasileira do Terceiro Setor (Rebrates), Marília de Castro, apresentou documento pedindo alterações profundas na lei. O texto é assinado, entre outros, pela OAB, pela Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp) e pela Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep).

Responsabilidade

O artigo que prevê a “responsabilidade passiva obrigatória” dos diretores das organizações sociais em relação a dolos na execução das parcerias é o que mais preocupa essas entidades.

— Quem vai assinar uma parceria que pode comprometer até R\$ 500 mil do seu patrimônio? — questionou, observando que a exigência pode “ferir de morte” todo o setor e comprometer instituições como o Hospital de Câncer de Barretos.

Para Silvio Sant’Ana, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o novo marco legal também precisa ser aprimorado. Ele vê aspectos burocráticos que podem atrapalhar muito as entidades religiosas que atuam na assistência social.

— Alguns artigos trazem uma visão estreita do que seja o caráter laico do Estado e podem inviabilizar todo o trabalho que realizamos em nosso país — afirmou.

Ele citou pesquisa do Ibope segundo a qual existem 12 milhões de voluntários em entidades religiosas, dos quais 8 milhões trabalham direto com problemas sociais.

— Desses, 850 mil trabalham de graça todos os dias, em horário integral. Se o governo fosse pagar por isso, seriam cerca de R\$ 10 bilhões por ano só em vencimentos.

“Má execução”

A presidente da Federação das Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado de São Paulo, Cristiany de Castro, sugeriu emenda para retirar a possibilidade de o governo classificar como “má execução” serviço realizado por organização social sem análise judicial do caso.

— É uma interferência inconstitucional numa organização da sociedade — disse.

Vera Masagão, da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, considera o novo marco um avanço em planejamento, transparência e controle na relação da administração pública com o terceiro setor. Ela acredita que a norma pode fechar as portas para “picaretagens” envolvendo a contratação de parentes, amigos ou correligionários.

Vera elogiou o estímulo à descentralização.

— Nos últimos anos, tem crescido a participação de estados e municípios nessa área, o que a nosso ver é democratizante.

Assessora da Secretaria de Governo, Laís Figueiredo disse que participará de reuniões com o deputado Eduardo Barbosa e as Consultorias Legislativas do Senado e da Câmara para elaborar o relatório final. Ela defendeu o texto atual, mas disse que está aberta a sugestões.

Marta pede derrubada do veto à revisão da desoneração na folha

Marta Suplicy (PMDB-SP) defendeu a derrubada do veto presidencial ao projeto que revisou a desoneração na folha de pagamento a 56 setores da economia. A senadora explicou que a parte vetada do PLC 57/2015 previa uma alíquota diferenciada, de 1,5%, para o setor têxtil.

— É uma indústria onde não só nós empregamos muitas mulheres, mas que é interessante para a mulher no sentido de que existe também a possibilidade de trabalho sem ser numa fábrica.

Marta afirmou que outro reflexo da alta dos impostos no Brasil é a migração de empresas para o Paraguai. Ela citou dados da CNI segundo os quais 42 empresas estão montando operações no país vizinho.

Aumento do IPI sobre o vinho prejudica gaúchos, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) quer mudanças na MP 690/2015, que aumenta o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as bebidas quentes no Brasil, que incluem vinho, uísque e cachaça.

Segundo ela, o vinho nacional pagava taxa de IPI de R\$ 0,73 por garrafa. Com a MP, será cobrado 10% sobre o valor do produto na saída da indústria. Ana Amélia ressaltou a importância da produção do vinho para o Rio Grande do Sul. Ela teme pelos prejuízos à vitivinicultura nacional.

— O comprador atravessa a fronteira para o Uruguai, para a Argentina para buscar por contrabando e aí não paga nenhum imposto. Não podemos sacrificar esse setor, que é extremamente importante.

Paulo Paim cita realização de congresso da CUT em São Paulo

Paulo Paim (PT-RS) registrou a realização, nesta semana, do 12º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que acontece em São Paulo até amanhã. Da abertura, ocorrida na terça, participaram a presidente Dilma Rousseff, o ex-presidente Lula e o ex-presidente do Uruguai José Mujica.

— Entendo que a CUT, com as outras centrais sindicais, cumpre um papel fundamental em defesa da democracia e na defesa dos direitos dos trabalhadores — afirmou.

O senador destacou a produção de uva e vinho por empresas de origem familiar na Serra Gaúcha. Ele citou como exemplo a vinícola Dal Pizzol, em Bento Gonçalves, município famoso pela viticultura.

Lei Pelé é criticada por Corinthians e Vasco

Em audiência pública na CPI do Futebol, os presidentes dos dois clubes divergiram sobre a necessidade de profissionalizar e modernizar a gestão do esporte no Brasil

A CPI DO Futebol recebeu ontem os presidentes do Vasco da Gama, Eurico Miranda, e do Corinthians, Roberto de Andrade, para mais uma audiência com dirigentes de clubes brasileiros. Eles fizeram críticas semelhantes à Lei Pelé, mas divergiram nos comentários a respeito da necessidade de profissionalização e modernização da gestão do esporte.

Os presidentes falaram a respeito da Lei 9.615/1998, em resposta a Ciro Nogueira (PP-PI), que pediu aos dirigentes que avaliassem o atual estado da formação de jogadores no país. Sancionada em 1998 com regras gerais para a gestão dos esportes, a legislação criou restrições ao estabelecimento de vínculo profissional para jogadores das categorias de base.

— Eu, por mim, revogava a Lei Pelé. Ela é a grande responsável pelos problemas que o futebol está atravessando. Se não for tomada uma providência séria, [o futebol brasileiro] vai explodir — disse Eurico.

Segundo o presidente do Vasco, muitos clubes estão reduzindo investimentos nas categorias de base porque não



Em debate presidido por Romário (C), Roberto de Andrade e Eurico Miranda falaram sobre a adesão dos clubes ao Profut

têm garantia de que poderão contar com os garotos quando eles se tornarem profissionais.

— Se clube não conseguir formar atleta na sua divisão de base, não vai conseguir sustentar um time de jeito nenhum. O momento do futebol é muito difícil e a origem está aí.

Roberto de Andrade defendeu uma revisão da Lei Pelé e lamentou que as regras estipuladas por ela tenham deixado os clubes sujeitos à influência de empresários e à perda de jogadores jovens antes da assinatura do primeiro vínculo.

— A Lei Pelé se preocupou com a defesa do atleta, só que o clube foi completamente esquecido. Os clubes investem

em escola, médico e dentista, mas, na hora de assinar o contrato, pode aparecer outro clube oferecendo mais dinheiro e levar [o atleta]. Não tem nenhum amparo.

Outra criação da Lei Pelé contestada por Andrade foi o chamado passe livre. Ele é a garantia de que, ao fim do contrato, o jogador pode negociar livremente um novo vínculo com qualquer agremiação — inclusive, se for o caso, com a mesma onde ele já atua.

— A renovação [de contrato] do atleta é uma nova compra. Quando vence o contrato você precisa readquirir os direitos econômicos, e está sujeito ao que o atleta vai solicitar.

Os clubes precisam ter uma retaguarda.

Eurico e Andrade manifestaram opiniões diferentes sobre a modernização da gestão dos clubes brasileiros e a profissionalização dos departamentos de Futebol das agremiações. Os comentários divergentes foram feitos em resposta a Romário (PSB-RJ), presidente da CPI, sobre o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), que refinancia dívidas fiscais e trabalhistas dos clubes.

Andrade disse que o Corinthians já participava de um programa de refinanciamento, mas aderiu ao Profut mesmo

assim. Ele disse acreditar que a má gestão responde por grande parte dos problemas econômicos que os clubes atravessam, e citou o exemplo de medidas que o Corinthians já adota há alguns anos.

— Temos balanços auditados por empresas de primeiro escalão e nenhum foi fechado com ressalvas. Isso nos dá respaldo. Está difícil tocar o futebol, os salários estão fora dos padrões das receitas. Sempre achamos que tínhamos que ter total transparência.

Eurico confirmou que o Vasco aderiu ao Profut e disse que as contrapartidas de responsabilidade fiscal que o programa exige são de simples cumprimento. No entanto, ele manifestou desagrado com a ideia de contratar profissionais para gerir o futebol dos clubes.

— A administração profissional do futebol é terrível. O profissional hoje está em um clube e pode fazer a maior sujeirada, porque não responde por ela. Daqui a um mês ele vai para outro clube e o dirigente é que fica com a banana na mão. Os clubes que estão mais ou menos bem são aqueles em que os dirigentes ainda atuam.

Vai a Plenário projeto sobre instalação de berçário em presídio

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o PLC 26/2015 — Complementar, que possibilita o uso de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para a instalação e manutenção de berçários, creches e espaços de apoio à gestante e à parturiente nos presídios. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), e agora será

votada pelo Plenário do Senado.

Após classificar o projeto de “conveniente e oportuno”, o relator observou que a Lei de Execução Penal já obriga as penitenciárias femininas a construir berçário, área onde as detentas possam amamentar e cuidar dos filhos até os 6 meses de vida. A medida é um reflexo, por sua vez, do comando da Constituição que garante às presidiárias

condições para permanecer com os filhos durante o período de amamentação.

“Apesar desses esforços legislativos, na prática, por falta de recursos, muitos estabelecimentos penais deixam de cumprir esses comandos legais, violando o princípio da proteção integral da criança”, alerta Crivella no parecer.

A Lei de Execução Penal também

determina a construção de espaço nas penitenciárias para cuidados com a gestante e a parturiente presas e de creches para abrigar os filhos maiores de 6 meses e menores de 7 anos. Por isso, o senador considera urgente a aprovação de uma lei complementar que permita o uso do Funpen para que essas iniciativas possam, de fato, ser colocadas em prática.

Setor portuário é contra taxa criada pelo governo

A Comissão de Infraestrutura (CI) promoveu ontem audiência pública para discutir a Portaria 404/2012, da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que institui cobrança de taxa pelo uso de terminais portuários em águas públicas federais.

A portaria não foi bem recebida pelos empresários e até mesmo por representantes do governo. O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Mario Povia, disse ter dúvidas sobre a legalidade da taxa, que deveria ter sido criada por lei.

— Não poderia a SPU instituir essa cobrança por meio de portaria — ponderou.

O presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Wilen Manteli, afirmou que não há sentido em impor ônus adicional pelo simples uso do espelho d'água.



Para Ricardo Ferraço (C), as portarias criam dificuldades para os empresários

— Para nós, soa mais como um novo tributo — disse.

Na audiência, também foi debatida a Portaria 110/2013, da Secretaria de Portos, que estabelece exigências para a ampliação de portos.

O presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, disse que a medida pode limitar os investimentos no setor.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que presidiu o debate, e

Blairo Maggi (PR-MT), autor do pedido de audiência, lamentaram as dificuldades criadas no Brasil para quem quer produzir.

O diretor de Destinação do Patrimônio da SPU, Luciano Roda, afirmou que levará as ponderações dos debatedores para a chefia do órgão.

Já o secretário de Políticas Portuárias, Fábio Teixeira, disse que a Secretaria de Portos está revisando a Portaria 110.

Possibilidade de acordo entre teles e Anatel sobre multas vai à Câmara

Em turno suplementar, foi aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que abre às prestadoras de serviço de telecomunicações a possibilidade de firmar termo de ajustamento de conduta (TAC) com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para evitar multa por atuação considerada irregular.

Os senadores acataram substitutivo do relator, José Maranhão (PMDB-PB), ao PLS 141/2013. De acordo com o texto, estará livre de qualquer compromisso adicional a prestadora que se propuser a firmar TAC antes da decisão de primeira instância nos processos administrativos para apuração da conduta irregular.

No entanto, ficarão fora da possibilidade de acordo empresas que tiverem agido de má-fé ou já descumprido acordo semelhante. Nesse caso, a proibição deverá valer por quatro anos, contados da data em que a prestadora for declarada reincidente no descumprimento do termo firmado.

O relator modificou o projeto original para determinar que o termo de ajustamento de conduta não será firmado antes do pagamento de 10% do valor da multa, quando já estabelecida em primeira instância. O autor, ex-senador Vital do Rêgo, estabelecia o pagamento mínimo de 20% da multa.

A proposta segue para exame da Câmara dos Deputados.

PEC retira exclusividade da União para criar leis

Se aprovada, a proposta vai permitir a estados, municípios e DF legislar sobre assuntos como diretrizes e bases da educação e normas de licitação, que são hoje competência exclusiva da União

A UNIÃO PODERÁ perder a exclusividade na criação de leis sobre temas como transporte, diretrizes da educação e normas de licitação, entre outros. Esses temas poderão ser incluídos nas competências comuns de União, estados, Distrito Federal e municípios.

O substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 47/2012 foi apresentado ontem pelo relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A reunião foi acompanhada por deputados estaduais, pois a proposta fortalece o papel das assembleias legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Anastasia explicou que a União passará a editar apenas regras gerais, suplementadas por normas específicas elaboradas por cada unidade da federação.

A mudança também afeta a exclusividade da União em criar leis sobre direito processual.

— Um prazo processual pode ser adequado em um estado com infraestrutura e



Relator da PEC, Anastasia disse que caberá à União editar apenas regras gerais

ser exíguo em outro sem infraestrutura — alegou Anastasia.

Mas José Pimentel (PT-CE) disse ter dúvidas sobre se as medidas darão celeridade à Justiça ou vão introduzir mais conflitos em um ambiente que já conta com 105 milhões de processos tramitando.

Para Simone Tebet (PMDB-MS), ao contrário, o substitutivo permite reduzir a burocracia e a presença excessiva da União em questões legislativas.

José Serra (PSDB-SP) também manifestou apoio. Na avaliação dele, o modelo de federação dos Estados Unidos

deve ser um norte. Mas ele considerou improvável que o Brasil descentralize ao ponto de os estados poderem legislar sobre aborto e pena de morte, como acontece lá.

Uma audiência pública foi marcada para o dia 22 pelo presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB). José Agripino (DEM-RN) afirmou que essa audiência permitirá uma discussão mais aprofundada da matéria.

— Essa é uma matéria importante. Por isso, é preciso ter cuidado com o excesso de mudanças. Os debates vão ajudar a maioria a decidir.

Tocantins e Paraná podem ter novas varas federais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem dois projetos de lei da Câmara (PLCs 115 e 116, de 2015) que dão continuidade ao plano de interiorização da Justiça Federal no país. Ambos seguem, agora, para votação no Plenário do Senado.

Com relatório favorável de Vicentinho Alves (PR-TO), o PLC 115/2015 trata da criação de duas varas federais no Tocantins, sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região: uma em Palmas e outra em Araguaína.

Ainda sem competência estabelecida, cada vara deverá contar com 1 juiz titular, 1 juiz substituto, 17 cargos

efetivos (13 de analista e 4 de técnico judiciário), 1 cargo em comissão e 13 funções comissionadas.

O Tocantins possui seis varas federais — quatro na capital, uma em Araguaína e outra em Gurupi. O projeto atende metas do judiciário brasileiro de efetivar a interiorização da Justiça Federal, conforme assinalou Vicentinho no parecer.

— As novas varas irão agilizar a demanda que acompanha o crescimento do Tocantins, beneficiando mais de 1,1 milhão de pessoas — explicou.

A aprovação do PLC 115/2015 também foi elogiada por Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e pelo presidente da CCJ,

José Maranhão (PMDB-PB).

Quando ao PLC 116/2015, estabelece a criação de uma vara federal de competência criminal em Cascavel, no Paraná. A composição será idêntica à das varas do Tocantins e, segundo ressaltou o relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), a proposta não fere a lei orçamentária nem a legislação referente à responsabilidade fiscal.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) e José Pimentel (PT-CE) se manifestaram favoráveis ao processo de interiorização da Justiça Federal.

— Isso preenche um vazio no território nacional. Aproxima o Estado desses conflitos locais — comentou Pimentel.

Comissão decide que projeto de lei autorizativo é inconstitucional

São inconstitucionais os projetos de lei de iniciativa parlamentar que autorizam o Executivo ou o Judiciário a adotar ato em matéria que seja da competência reservada do Poder em questão ou que autorizem medida administrativa de iniciativa privativa desse Poder.

Esse foi o entendimento adotado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que seguiu relatório do presidente do colegiado, José Maranhão (PMDB-PB), à consulta (RCE 69/2015) feita pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Em seu voto, o senador citou diversas manifestações do Supremo Tribunal Federal (STF) pela inconstitucionalidade das chamadas leis autorizativas, por violarem o princípio da independência e da harmonia dos Poderes.

Conforme o relator, a Câmara já se posicionou contra-

riamente à constitucionalidade desse tipo de proposição, mas o tema segue pendente de definição no Senado.

Apesar de considerar inconstitucionais os projetos autorizativos, o parecer aprovado na CCJ diz não haver impedimento para que a CE vote as matérias dessa natureza.

Em julho, a CCJ aprovou o PLS 287/2011 — Complementar, de Gleisi Hoffmann (PT-PR), que proíbe os projetos de lei autorizativos. A proposta aguarda votação do Plenário do Senado.

— Não se admite uma lei inócua, mas é o que acontece quando se edita uma lei meramente autorizativa — explicou Gleisi.

Ela afirma que o objetivo da proposição é “pacificar a matéria e tornar clara a vedação, ajudando a limpar a pauta de projetos inócuos, que poderão ser sumariamente arquivados”.

Lira apresenta projetos para conter violência

Raimundo Lira (PMDB-PB) apresentou em Plenário dois projetos de lei para combate



Fotos: Genaldino Magalhães/Agência Senado

à violência. O primeiro endurece a punição a criminoso reincidente, que terá como pena a dupla condenação. O segundo agrava a pena de quem cometer crime com máscara, capacete ou outro objeto que impeça a identificação.

O senador defendeu a criação de leis mais duras que punam realmente os crimes:

— O povo brasileiro tem medo de se deslocar do trabalho para a sua residência porque os bandidos já tomam conta das praças, das ruas, dos parques, das estradas. Então o nosso povo está refém da violência urbana — lamentou.

Capiberibe cobra abertura da ponte AP-Guiana Francesa

João Capiberibe (PSB-AP) cobrou a inauguração da ponte sobre o Rio Oiapoque, que liga o



Amapá à Guiana Francesa. Segundo ele, a obra está concluída desde 2011, mas havia a necessidade de aprovação de três acordos entre os dois países para viabilizar o fluxo de veículos e pessoas.

Conforme o senador, esses entendimentos foram aprovados pelo Congresso em agosto. Ele espera que a presidente Dilma Rousseff marque uma data para a inauguração. Sugeriu o início do ano que vem.

— É uma situação vergonhosa para nós, brasileiros. Enquanto o lado francês honrou todos os acordos, o lado brasileiro concluiu a ponte, mas não concluiu a estrutura que falta para inaugurá-la.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Vai a Plenário criação de 8 mil cargos federais

Pelo projeto do Executivo, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, o provimento dos cargos, por concurso, será gradual e autorizado pela Lei Orçamentária Anual

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 99/2015), do Poder Executivo, que cria cerca de 8 mil cargos efetivos na administração pública federal, em áreas como saúde, educação e segurança pública. Aprovado o parecer favorável da relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a proposta segue para votação no Plenário do Senado.

Vanessa se disse favorável à iniciativa em razão da necessidade de criação e transformação dos cargos e das funções públicas previstas para facilitar o bom funcionamento da máquina pública. De acordo com o texto do Executivo, o provimento dos cargos — com os respectivos concursos públicos — ocorrerá de forma gradual, condicionado à expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual. Ou seja, dependerá da disponibilidade orçamentária. O impacto foi estimado pelo governo em R\$ 958 milhões por ano.

O projeto chegou ao Senado em agosto. Em setembro, com

o novo ajuste fiscal, o governo anunciou a suspensão dos concursos públicos previstos para 2015 e informou que a Lei Orçamentária não contemplaria a realização de concursos em 2016. Procurado pela Agência Senado para esclarecer se a criação dos cargos prevista no projeto estaria ou não em conflito com as medidas de ajuste econômico anunciadas, o Ministério do Planejamento informou, por meio da assessoria, que não iria comentar o assunto.

Saúde

O projeto estabelece a criação de 127 cargos de especialista em regulamentação de saúde suplementar e 87 cargos de analista administrativo para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), está prevista a criação de 130 cargos de especialista em regulação e vigilância sanitária, 30 de técnico em regulação e vigilância sanitária e 20 de analista administrativo.

Já para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Executivo



As vagas para os Departamentos de Polícia Federal e de Polícia Rodoviária Federal não preveem aumento de despesa

propõe a criação de 1.200 cargos em diversas áreas: pesquisador em saúde pública (300), tecnólogo em saúde pública (450), técnico em saúde pública (250), analista de gestão da saúde (150) e especialista em ciência, tecnologia, produção e inovação em saúde pública (50).

Educação

Na área da educação, o texto abre 5.320 cargos de profes-

res do ensino superior e 2.008 de técnicos administrativos em educação. Também transforma 1.977 cargos vagos de técnico-administrativo em educação das instituições federais de ensino superior em cargos com perfis adequados às necessidades institucionais.

Segurança

A proposta contempla ainda a criação de cargos para os Departamentos de Polícia

Federal e de Polícia Rodoviária Federal — sem aumento de despesa —, mediante a contrapartida de extinção de cargos vagos.

Para a Polícia Federal, o Executivo propõe 44 cargos de engenheiro, 5 de arquiteto e 36 de psicólogo. Já para a Polícia Rodoviária Federal, são 19 cargos de administrador, 17 de engenheiro, 5 de estatístico e 3 de técnico de comunicação social.

Debate aponta distorção nas cotas para deficientes

As cotas para pessoas com deficiência ingressarem no serviço público estão sendo utilizadas por quem tem problemas leves demais. Com isso, saem prejudicados aqueles que realmente enfrentam dificuldades para ingressar no mercado de trabalho em razão da deficiência.

Essa foi a tônica de debate realizado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), prevista para entrar em vigor em janeiro, deve alterar um pouco essa realidade, disseram os palestrantes. Mas, na opinião deles, é fundamental que a regulamentação da lei leve em conta os critérios de funcionalidade da pessoa com deficiência.

Para os especialistas, não basta o diagnóstico médico-biológico, como tem ocorrido.

De acordo com Adérito Guedes, chefe da Divisão de Assistência e Perícia Médica do Ministério Público Federal, pessoas que têm dois dedos dos pés amputados estão concorrendo em igualdade, nas vagas reservadas para os cotistas, com quem não tem as duas pernas. Por causa da judicialização e dos mandados de segurança, explicou, pessoas com cegueira unilateral são consideradas iguais em direitos às que não enxergam nada.

— A funcionalidade é mais



Edison Lobão conduz debate com Liliane Bernardes e Rosylane Mercês Rocha

importante para definir uma deficiência do que simplesmente um diagnóstico médico.

O procurador da República no Distrito Federal Felipe Fritz Braga afirmou que o Judiciário tem dificuldade para aferir a capacidade de trabalho de uma pessoa com alguma limitação funcional, mas que consegue levar uma vida relativamente normal. É o caso de quem perde a audição em um ouvido. Nessas situações, observou o procurador, é questionável o direito de concorrer a um cargo público em condições especiais.

— O Judiciário tem dificuldade para ver isso, em grande parte porque nossas normas não foram bem redigidas nesse aspecto.

Rosylane Nascimento das Mercês Rocha, conselheira do Conselho Federal de Medicina, lembrou que os candidatos

que concorrem pelas cotas de deficiência e são barrados por causa de laudos e avaliações, sempre recorrem ao Judiciário e ganham, por menor que seja o problema.

Todos os palestrantes se manifestaram no sentido de que a análise da deficiência deve considerar os pressupostos da Classificação Internacional de Doenças (CID) e da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

A representante do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Liliane Bernardes, adiantou que a regulamentação da Lei Brasileira de Inclusão levará esses fatores em consideração. Um “índice de funcionalidade” deve ser criado.

O autor do pedido de audiência foi Waldemir Moka (PMDB-MS).

Portadores de esclerose lateral amiotrófica cobram direitos

O dia 21 de junho poderá se tornar o Dia Nacional de Luta contra a esclerose lateral amiotrófica (ELA). Essa é a proposta apresentada pelo presidente da Comissão de Educação (CE), Romário (PSB-RJ), em audiência pública realizada ontem, a pedido de associações que defendem as pessoas com ELA. O objetivo é aumentar a conscientização sobre a doença na sociedade, especialmente entre gestores públicos e médicos, e garantir

direitos dos afetados.

O presidente do Movimento de Defesa dos Direitos da Pessoa com ELA, Jorge Melo, disse que os peritos não têm capacidade de reconhecer a doença nos portadores. José Fogolin, do Ministério da Saúde, frisou a responsabilidade de gestores locais em buscar financiamento e atendimento ao paciente com ELA — doença progressiva neuromuscular que se caracteriza pela lesão degenerativa dos neurônios motores.

Comissões debaterão droga que supostamente cura câncer

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com duas outras comissões, realizará uma audiência no dia 29 para avaliar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fosfoetanolamina sintética, substância que supostamente cura determinados tipos de câncer. O requerimento, do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado ontem.

A parceria será com as Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCT) e de Assuntos Sociais (CAS). Na CCT, a proposta foi de Ivo

Cassol (PP-RO), que vem criticando a suspensão da entrega do medicamento a pacientes interessados no tratamento até o registro das pesquisas na Anvisa.

A droga experimental vinha sendo fornecida gratuitamente em São Carlos (SP) pelo centro de pesquisa vinculado à Universidade de São Paulo (USP). Depois de admitir, em nota oficial divulgada na terça-feira, a necessidade de avaliação do produto pela Anvisa, a própria universidade determinou a suspensão da entrega do produto.



Paim (C) com Ricardo Paiva e Rosita Milesi: debatedores frisaram gravidade do problema, que pode envolver tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Site vai colaborar na localização de crianças e adolescentes desaparecidos

Criada pelo Conselho Federal de Medicina, página busca contribuir para a elucidação e a prevenção de casos de desaparecimentos

UMA PÁGINA NA internet, elaborada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), pretende colaborar na localização e no resgate de crianças e adolescentes desaparecidos no país. O site foi lançado durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ontem.

A reunião, proposta pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), teve a participação de Ricardo Albuquerque Paiva, que integra a Comissão de Ações Sociais do CFM. O médico pediu à sociedade maior engajamento em relação ao problema:

— Todos podem apoiar e ser parte nesta causa — afirmou.

No site, acessado pelo endereço www.criancasdesaparecidas.org, a população poderá se conectar à página do Ministério da Justiça para denunciar casos. Também

há dicas para quem deseja candidatar-se como voluntário em ações sociais relacionadas ao resgate de desaparecidos.

A página contém as leis que tratam do desaparecimento de crianças. Uma delas é a chamada Lei da Busca Imediata (Lei 11.259/2009), que determina o início da investigação policial assim que houver o registro da ocorrência, não sendo necessário esperar 48 horas.

Paiva destacou sugestão de projeto de lei de iniciativa popular articulado pelo CFM que, entre outras finalidades, obriga a notificação do registro de desaparecimento de crianças e adolescentes ao Ministério da Justiça. A medida, aplicada às unidades policiais de todo o país, reforça a efetividade do cadastro nacional administrado pelo ministério.

A sugestão (SUG 1/2015) já está na CDH, com relatoria de

Valdir Raupp (PMDB-RO). O texto ainda prevê que o registro de identidade civil passa a ser obrigatório para crianças a partir de 2 anos, medida considerada importante para ajudar na identificação em caso de desaparecimento. Os senadores presentes no debate apoiaram a proposta, que se transformará em projeto de lei se for aprovada na CDH.

Problema global

O representante do CFM pediu apoio da comissão para a Conferência Mundial sobre o Desaparecimento de Crianças, que seria sediada no Vaticano. Segundo ele, a conferência quer discutir a gravidade do assunto também em escala global. Paiva disse que estima-se que haja mais de 25 milhões de crianças e adolescentes desaparecidos no mundo.

— Quando falamos de crianças e adolescentes desapare-

cidos, muitas vezes estamos tratando de questões da maior gravidade, como o tráfico de seres humanos para diversos fins, inclusive tráfico de órgãos, exploração sexual e trabalho escravo — comentou.

A diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos, irmã Rosita Milesi, criticou a demora na implantação das recomendações da CPI sobre o Desaparecimento de Crianças e Adolescentes da Câmara dos Deputados, encerrada há quatro anos.

Segundo a religiosa, o tema ainda está em condição de “invisibilidade social”, apesar da gravidade e dos impactos devastadores sobre a vida das famílias. Ela disse que a Igreja e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil estão engajadas e fizeram campanha na Basílica de Aparecida (SP) no Dia das Crianças, com sugestões para prevenir desaparecimentos.

Paternidade pode ter investigação mais rápida

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em turno suplementar, um rito mais célere para as ações de investigação de paternidade. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 101/2007, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), estabelece que, em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial do cartório reme-

terá ao juiz, em até cinco dias, a certidão com as informações da mãe sobre o nome do pai.

O oficial que não cumprir essa determinação poderá ser responsabilizado criminalmente por injustificado retardamento ou omissão. A proposta altera a Lei 8.560/1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento.

Substitutivo do relator, Benedito de Lira (PP-AL), determina ao juiz que ouça a mãe sobre a paternidade alegada e notifique o suposto pai. Se ele não atender a notificação em 30 dias ou negar a paternidade, o juiz remeterá os autos ao representante do MP, para iniciar a ação de investigação de paternidade.

A Lei 12.004/2009 já prevê

a inversão do ônus da prova, obtida pela recusa do pretense pai em se submeter ao exame de DNA. A recusa gera a presunção da paternidade, a ser analisada com as demais provas.

Como foi aprovado em decisão final, o projeto poderá ser enviado diretamente à Câmara, se não houver recurso para votação em Plenário.

Saneamento básico será tema de três debates

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) fará três audiências públicas para discutir a Política Nacional de Saneamento Básico e sua interface com políticas de desenvolvimento urbano, recursos hídricos, meio ambiente e regulação fundiária. Os requerimentos foram apresentados por Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Davi Alcolumbre (DEM-AP).

No primeiro debate, serão analisados aspectos como reserva de água para consumo humano e despoluição de rios.

A segunda audiência discutirá a metodologia de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico e a aplicação das Leis de Saneamento Básico (Lei 11.455/2007) e de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). Na terceira, deve ser avaliado o financiamento da universa-

lização dos serviços de saneamento e a política tarifária.

As audiências integram calendário de avaliação da política de saneamento básico, priorizada pela CDR em 2015. Até o final do ano, Randolfe apresentará relatório com as conclusões da avaliação.

Na reunião de ontem, foi aprovado requerimento de Davi Alcolumbre para realização de seminário em Macapá,

em novembro, para debater programas sustentáveis para a Amazônia e, em especial, para o Amapá, visando ao desenvolvimento regional, à erradicação da miséria e à redução das desigualdades.

Alcolumbre, que preside a CDR, sugere que seja convidado Paulo Roberto Correia da Silva, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Gleisi Hoffmann comemora redução da mortalidade infantil

Gleisi Hoffmann (PT-PR) comemorou a redução de 73% da mortalidade infantil no país, atestada por estatísticas da ONU. A senadora assinalou que, com esse índice, o Brasil cumpre a meta estabelecida pela organização e atesta o sucesso dos programas sociais do governo, especialmente o Bolsa Família.

— São resultados muito expressivos de uma política de governo implementada por Lula e Dilma que efetivamente demonstra seus compromissos com a melhoria de vida das pessoas e das crianças principalmente — afirmou.

Jorge Viana registra conquistas do Acre na área da educação

Jorge Viana (PT-AC) registrou a boa colocação de Rio Branco no Índice de Oportunidades da Educação Brasileira, parâmetro de avaliação do ensino por municípios. Pelo levantamento, feito pelo Centro de Liderança Pública, a cidade ficou em sétimo lugar entre as capitais que dão mais oportunidades para a educação das crianças. O senador criticou a inversão de prioridades que faz crer que o estado deva cuidar dos jovens, deixando as crianças aos municípios.

— Estamos botando quem menos pode para cuidar das crianças, ou seja, as prefeituras — alertou o senador.

No comércio exterior, país anda na contramão, afirma José Medeiros

José Medeiros (PPS-MT) lamentou que o Brasil esteja à margem de acordos internacionais, andando na contramão no comércio exterior. O senador criticou o Mercosul, que considera anacrônico e pouco flexível, e destacou o Acordo Transpacífico (TPP, firmado por 12 países, entre eles Japão, Estados Unidos, Chile e Peru), que inova em áreas como serviços e compras governamentais:

— Passou da hora de revermos os termos do Mercosul ou de sairmos do bloco. Com a assinatura do TPP, ficaremos mais distantes da dinâmica do comércio internacional.